

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Renan Vitor Martins

O BRASILEIRO ATOMIZADO

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof. Dr. Gilberto Felisberto Vasconcellos.

Juiz de Fora
2017

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Renan Vitor Martins**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201472170A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **O Brasileiro Atomizado**, desenvolvido durante o período de agosto de 2016 a dezembro de 2016 sob a orientação do Prof. Dr. Gilberto Felisberto Vasconcellos, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 2 de fevereiro de 2017.

Renan Vitor Martins

O BRASILEIRO ATOMIZADO

THE ATOMIZED BRAZILIAN

Renan Vitor Martins¹

Resumo

O trabalho tem por objetivo realizar um breve estudo sobre a história cultural e econômica recente do Brasil, em especial do período que sucede o suicídio do ex-presidente da República Getúlio Vargas em 1954 e a vitória nas eleições da candidatura de Juscelino Kubitschek do Partido Social Democrata. Em seguida trilharemos os rumos da economia política até a consumação do golpe de Estado de 1964 responsável por inaugurar um governo militar de exceção que perdurará por 25 anos. O que nos interessa em primeiro lugar é identificar as mudanças estruturais ocorridas no governo JK e no governo militar que foram impulsionadas no processo histórico pela aliança de forças domésticas e estrangeiras dedicadas a empregarem um projeto de desenvolvimento econômico do país de modo internacionalizado e crescentemente desnacionalizado. Sendo assim, o imperialismo é a força externa que desenvolve, em conjunto com as classes dominantes do país, o capitalismo e suas formas mais avançadas (industrial, latifundiária, bancária, rentista, acionista). Em segundo lugar queremos colocar o subdesenvolvimento na análise da história cultural do Brasil sob a luz da gênese da indústria cultural e as transformações no psíquico humano que dela decorrem. O trabalho tramitará ora pelas relações materiais de produção e ora nas suas expressões ideológicas, isto é, que se manifestam na dimensão subjetiva da realidade.

Palavras-chave: imperialismo, golpe de 1964, capitalismo transnacional, subdesenvolvimento, indústria cultural, mais-valia ideológica e pobreza da experiência.

Abstract

This project's purpose is to make a brief study of Brazil's recent economic and cultural history, especially the period that succeeds the suicide of the ex-president Getúlio Vargas in 1954 followed by the electoral victory of the Social Democratic Party's candidate, Juscelino Kubitschek. After which we will tread the political economy's directions up until the 1964 state coup responsible for inaugurating a military exception government enduring 25 years. What primarily interests us is to identify the structural changes occurred during the JK government and the military government boosted by the historical process of alliance between domestic and foreign forces dedicated to employ a national economic development project that would be at the same time internationalized and increasingly denationalized. Therefore, imperialism is the external force that develops, together with the country's dominant classes, capitalism in its most advanced forms (industrial, landowner, banking, rentier, shareholder). Secondly we would like to put underdevelopment in the analysis of Brazil's cultural history under the light of the cultural industry's formation and her derived transformations in the human psychic. This paper will wander sometimes in the material relations of production and other times in its ideological expressions, that is, that manifests itself in the subjective dimension of reality.

Keywords: imperialism, 1964 state coup, transnational capitalism, underdevelopment, cultural industry, ideological plus-value and poverty of experience.

1 Introdução

O capital multinacional com o golpe de 1964 atingiu um estabelecimento pleno e sistemático dentro do Estado e do mercado, entranhando-se integralmente à sociedade brasileira. Para interpretar as ações imperialistas militares, econômicas e políticas do capital estrangeiro e do Estado norteamericano nos basearemos na teoria econômica de Andre Gunder Frank e na pesquisa completa do golpe de 1964 de René Armand Dreifuss. A metodologia gramsciana de Dreifuss nos permite observar que o golpe de 1964 se deu a partir da organização de forças econômicas, militares e políticas (nacionais e estrangeiras) que confeccionaram uma hegemonia cultural do desenvolvimento necessário do capitalismo transnacional e monopólico.

O objetivo deste trabalho é destacar as formas da coação psíquica da indústria cultural brasileira. Procuraremos demonstrar que o desenvolvimento dela no Brasil seguirá a tendência que o poeta e professor

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: renanm.zimmermann@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Gilberto Felisberto Vasconcellos.

venezuelano, Ludovico Silva, cunhou de *mais-valia ideológica* como também deu continuidade histórica ao que Walter Benjamin, escritor e filósofo austríaco, denominou de *pobreza da experiência*. A importância da indústria cultural neste trabalho se deve ao fato de que ela é por excelência o setor econômico do capitalismo que surge com o desenvolvimento técnico da comunicação, isto é aquilo que entendemos por meios de comunicação de massa, conforme proferiu Theodor Adorno.² Assim, dado esse caráter que é necessário, podemos visualizar a estrutura da indústria cultural na sociedade capitalista principalmente como um agente formador do indivíduo, pois está presente a quase todos os momentos da vida social moderna-urbana. Sua função ideológica, conforme a teoria marxista aqui adotada convém sinalizar, não é senão uma particularidade extremamente expressiva e eficiente de todas as outras expressões ideológicas que as relações materiais da produção e do consumo determinam.

Assim, nosso objeto é histórico pois procuramos na literatura científica e filosófica a gênese material determinante, isto é, econômica das relações e características contemporâneas da subjetividade moderna no Brasil.

A experiência moderna do indivíduo é atomizada e alienada do patrimônio cultural da sua tradição, segundo Walter Benjamin. É a atitude devoradora da cultura que tornou-se hoje em dia no Brasil, graças à onipresença da televisão que o golpe de 1964 proporcionou, a condição latente na vida ordinária. A tradição, por outro lado, é a memória coletiva que se forma socialmente através da transmissão da experiência, como é o caso do narrador, e psicicamente nas estruturas da memória.

A alienação do sujeito face a sua realidade histórica acompanha o crescimento integrador da indústria cultural. No Brasil, a mistificação lúdica da vida, não obstante a miséria e a exploração, engendra a ilusão e o engodo do mundo audiovisual; este que por sua vez converte as necessidades humanas em poder do dinheiro. Como dizia Karl Marx: “a necessidade (*Bedürfnis*) do dinheiro é assim a verdadeira necessidade produzida pela economia política e a única necessidade que ela produz”³.

O surgimento de um Estado centralizador, autoritário e interventor na economia nos anos 60 seguiu com a consolidação de um “capitalismo de Estado subimperialista”, como bem definiu Ruy Mauro Marini⁴, que em resposta criou centros midiáticos de produções de mercadorias culturais que disseminam os valores do capitalismo global. As possibilidades contemporâneas da produção e proliferação da cultura são majoritariamente mediadas por tecnologias comunicativas que são os subprodutos diretos do imperialismo, força motor do desenvolvimento do subdesenvolvimento no Brasil e nas mãos de empresários aliados.

O próprio engodo que mantém a integridade psíquica dos sujeitos na sociedade de consumo é responsável por mantê-los cegos da realidade objetiva e impotentes para transformá-la.

Sendo assim, estendemos o convite à imaginação com uma citação do poeta Paul Valéry encontrada no ensaio de Walter Benjamin de 1939 intitulada *A Obra de Arte na Era da sua Reprodutibilidade Técnica*:

“Assim como a água, o gás e a corrente elétrica vêm de longe às nossas casas satisfazer nossas necessidades, por meio de um esforço quase nulo, assim também seremos alimentados por imagens visuais e auditivas, nascendo e evanescendo ao mínimo gesto, quase a um sinal”⁵

1.1 Metodologia

A metodologia desse trabalho conta com uma revisão literária sobre a industrialização brasileira dando preferência para os episódios históricos onde identificamos os pontos cruciais da formação do privilégio econômico que as multinacionais obtiveram com total chancela da burguesia nacional e do poder do Estado. Serão dois: o período populista de JK (1956-1961) e o governo militar (1964-1985). Utilizaremos da brilhante teoria econômica

2 Adorno, *A indústria cultural*, 2000.

3 Marx, *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, 1974.

4 Convém dar uma explicação a respeito do termo subimperialismo cuja autoria é do marxista brasileiro Ruy Mauro Marini que procura dar conta das transformações na acumulação de capital a partir da dinâmica do movimento de capitais e a nova divisão internacional do trabalho pós-1945 com a hegemonia econômica do imperialismo norteamericano. Nessa reestruturação do capitalismo em escalas globais, as burguesias nacionais dos países subdesenvolvidos serão os agentes responsáveis, em aliança com o mercado internacional, por expandir o processo integrador do imperialismo nas regiões nacionais e nos outros países subdesenvolvidos vizinhos da América Latina a partir da superexploração de regiões periféricas pelos centros de operação da economia. Cf. Ruy Mauro Marini, *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*, 1977.

5 Benjamin apud Valéry, *A Obra de Arte na Era da sua Reprodutibilidade Técnica*, 2000.

formulada por Andre Gunder Frank para interpretar o imperialismo no Brasil a qual será vinculada como motor do desenvolvimento do capitalismo. Além de identificar suas relações ideológicas veiculada pela indústria cultural como o paradigma de uma sociedade cujas relações são fundamentais no consumo, em outras palavras, de fenômenos como a mais-valia ideológica (Ludovico Silva) e a pobreza da experiência (Walter Benjamin).

2 O Desenvolvimento do Subdesenvolvimento

O subdesenvolvimento é o resultado da relação exploratória entre países dependentes dominantes e países dependentes dominados. Não é, como se supõem, uma determinação estrutural da economia, da política e da cultura devido ao atraso dos países com relação à tecnologia de produção industrial como padrão civilizatório da modernidade. É falacioso, como disse o economista norte-americano Andre Gunder Frank⁶, a tese da modernização que divide evolutivamente a sociedade em duas: um setor moderno, desenvolvido e o outro arcaico, pré-capitalista e pobre. O subdesenvolvimento não é um caminho rumo ao desenvolvimento onde os povos pobres estão fadados a superar seu estágio através da aceleração da produção industrial e se incorporando ao mercado global. O subdesenvolvimento é produto do desenvolvimento do capitalismo como um todo em escala mundial. Sua perpétua expansão somente é possível caso se mantenha as relações de poder e de exploração assimétricas entre as nações.

Há uma singularidade dialética internamente contraditória que marca a totalidade do sistema capitalista. O subdesenvolvido é um ente necessário para a existência do desenvolvido, pois não há dualidade histórica entre os dois visto que não há dois sistemas econômicos globais distintos. Os países desenvolvidos nunca foram subdesenvolvidos, embora podem ter sido indesevolvidos, como eram as organizações feudais pré-capitalistas. A questão é que mesmo antes da Revolução Industrial o capitalismo, enquanto relação mercantil exploratória, já estava sendo estruturado globalmente pelas Grandes Navegações. A conquista ibérica e inglesa das Índias e das Américas é a origem da estrutura colonial, atual imperialista, que drena o excedente das nações mais pobres para as nações mais ricas. Simultaneamente que os Estados Unidos, a França, a Inglaterra, o Japão e outros se enriqueceram, a América Latina, a África e as demais regiões do mundo tiveram suas economias, ao serem integradas no sistema de comércio global, transformadas em satélites dos países mais ricos. Criou-se no mundo algo que não existia antes: uma região periférica e pobre e outra central e rica. O que significa que a raiz da dependência econômica reside na remessa externa exorbitante do capital nacional excedente para as metrópoles internacionais.

O sistema capitalista imperialista funciona como um todo, produzindo efeitos diferenciados em certas regiões do mundo, porém fruto da mesma contradição interna exploratória que marca sua estrutura em qualquer lugar. O desenvolvimento dos países periféricos – e dentro deles das suas regiões mais pobres – não será alcançado através da difusão de capital e valores culturais das metrópoles nacionais e internacionais do capitalismo. Longe de confirmar a teoria do desenvolvimento dependente surgida no CEBRAP dos anos 70 com a publicação de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* de Fernando Henrique Cardoso⁷, não estamos diante de uma dualidade social brasileira entre regiões modernizadas (sudeste, sul e o Distrito Federal) e regiões tradicionais que não atingiram o estatuto civilizatório esperado. Estamos diante, antes, de ações exploratórias das classes dominantes de uma nação periférica que “modernizaram” algumas regiões com o capital excedente alienado das outras regiões que supostamente continuam “atrasadas” e cujas instituições arcaicas, supostamente, sobreviveram a onda da evolução tecnológica da civilização ocidental. A modernização seletiva na verdade se trata de uma mera aparência de desenvolvimento, pois ele não é autogerido e sim dependente ou satelital. Os setores nacionais desenvolvidos reproduzem a mesma relação exploratória de drenagem do capital excedente implícita da estrutura imperialista da metrópole-satélite que sustenta a economia global. Para os países subdesenvolvidos que se industrializaram no século XX, é possível falar de desenvolvimento somente num sentido relativo, pois o desenvolvimento sempre será dominado, ou seja, determinada pela estrutura exploratória da metrópole-satélite. O mesmo fenômeno histórico que se alastra há séculos é que produz o enriquecimento concentrado e o empobrecimento massivo do Brasil.

3 Considerações sobre o desenvolvimento da indústria no Brasil

6 Frank, *Latin America: Underdevelopment or, Revolution*, 1969.

7 Vasconcellos, *Gunder Frank, o Enigma das Ciências Sociais*, 2014.

Queremos demonstrar a causa relativa à configuração de parque industrial altamente dependente e que tornou-se monopolizada pelo capital externo nos seus ramos mais estratégicos. É conhecida na história da política econômica doméstica como a *substituição de importações*, que se formou em cooperação com mecanismos de ações imperialistas⁸. Como efeito das mudanças econômicas, as regiões metropolitanas do sudeste durante o século XX tornaram-se centros de difusão cultural cosmopolita, recebendo influências e sincretizando a cultura nacional com elementos e valores do capitalismo global. O rádio, o cinema, a televisão e os aparelhos sonoros individuais tornaram-se os principais veículos de transmissão dos paradigmas culturais do americanismo, do automóvel, do avião, do conflito bélico e da pornografia, enfim, mercadorias simbólicas que configuram os valores de uma sociedade moderna, urbana e industrial baseada no consumo⁹.

O nacional-desenvolvimentismo foi uma corrente política do liberalismo econômico brasileiro constituído na Era Vargas (1930-1945) com o fim do ciclo das velhas oligarquias provincianas da República e o início das alianças com a burguesia bandeirante industrial e financeira, cujos princípios valeram em torno de crescer a economia e desenvolver o país. Tratava-se em suma do que Jorge Abelardo Ramos¹⁰ afirmou: “*parece legítimo considerar el largo período de Vargas como un intento de remodelación burguesa de la vieja República oligárquica*”. O objetivo era modernizar o país através da economia industrial manufatureira, a tecnologia do momento. Crescer a economia no léxico liberalista significa acelerar a acumulação de capital no país. O nacional-desenvolvimentismo em Getúlio Vargas se sincretiza no plano ideológico com a importância que o trabalhismo assumiu nos seus governos. Sua personalidade política carismática e idílica com a classe trabalhadora e seus programas de medidas populares como o aumento real do salário, melhorias nas condições de trabalho e fortalecimento da legislação trabalhista foram legados que possibilitaram sua eleição em 1951. Quanto ao nacionalismo, sabemos que sua fama foi construído em cima de protetor dos interesses nacionais, no entanto não se pode dizer que Getúlio Vargas se dispôs a fazer uma política anti-imperialista, seja no período autoritário ou democrático. A burguesia industrial que o apoiava não tinha problemas com a associação estrangeira. O Estado Novo se dissolve junto com a Segunda Guerra. Em seguida o imperialismo, conforme veremos, estará cada vez mais presente e consolidado no Brasil através do Estado, das Forças Armadas e da classe empresarial brasileira. Foi introduzido no governo de Juscelino Kubitschek um novo plano de industrialização – com destaque para o predomínio do capital estrangeiro em vários ramos produtivos – em que o governo federal terá papel decisivo para criar “condições favoráveis” para o investidor externo, inclusive subsidiando-o com capital público brasileiro.¹¹

Enquanto a década de 30 foi palco de uma experiência industrial incipiente ocasionada pela mobilização de recursos da recessiva exportação agropecuária dos latifúndios (principalmente o setor cafeeiro), a partir dos anos 40 o investimento estatal na indústria nacional via importação de máquinas e concessões ao capital externo, tornará o setor industrial o mais participativo no PIB (em 1940: 29,42% da agropecuária e 18,74% da indústria, em 1950 respectivamente: 22,42% e 25,64%)¹² O primeiro crescimento expressivo da indústria nacional, ainda nos anos 30, foi em meio a crise econômica que estourou nos EUA em 1929 e enfraqueceu a alta dependência do comércio exterior brasileiro e, como resultado, reduziu o fluxo de capital saindo do país. A balança de pagamentos do Brasil era deficitária na época devido ao alto endividamento público gerado por anos de crédito internacional, valorização artificial do café e emissão de moeda para investir na “modernização” das cidades. A partir da expansão da capacidade produtiva nacional do Departamento I durante o Estado Novo (1937-1945), novamente financiado amplamente com empréstimos estrangeiros, o Brasil fundou novas indústrias como a Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda que forneciam a matéria-prima necessária para as indústrias de transformação do Departamento II¹³.

Devemos nos ater a diferença entre Getúlio Vargas e JK sob a égide do entusiasmo do último, e da classe empresarial que representava, com a ascensão do “bloco multinacional liderado por interesses americanos” e o desejo em incorporar o Brasil ao *world market*. Enquanto Getúlio Vargas expandia o mercado interno através das

8 Frank, *ibid.*

9 Gramsci, *Cadernos do Cárcere: vol. 4*, 2001.

10 Ramos, *História de la Nación Latinoamericana*, 2006.

11 Frank, *Latin America: Underdevelopment or, Revolution*, 1969.

12 IBGE, *Estatísticas do Século XX*, 2006.

13 Singer, *A Crise do “Milagre”*, 1989.

indústrias nacionais e convivendo com as empresas estrangeiras, JK foi orientado por diminuir a distância tecnológica entre o Brasil e o *First World*. O nacional-desenvolvimentismo varguista foi substituído por uma política de cooperação ampla com os grupos estrangeiros em que a substituição de importações assumia a forma dos *joint-ventures*¹⁴, isto é, associações de cooperação econômica entre empresas. O capital nacional daí em diante sobreviverá ou nos monopólios estatais, nos setores sem penetração do bloco global (geralmente de produção com baixa tecnologia envolvida e pouco lucrativo) ou através dos joint-ventures. Essa política impediu a realização plena da industrialização nacional autônoma em virtude de uma política comercial de parcerias entre o capital brasileiro e o capital internacional, majoritariamente dos EUA, em que verificamos um fluxo de capital extremamente prejudicial para nossa balança de pagamentos e favorável para a perpetuação da dependência econômica.¹⁵

O governo populista de Juscelino Kubitschek (1956-61), fruto da coalizão PSD-PTB, surgiu das cinzas do suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954 que sabotou o golpe (adiando por 10 anos) em forma de campanha moralista dirigida pela UDN de Carlos Lacerda e Magalhães Pinto. O Ministério da Guerra e a imprensa dominante tentavam a qualquer custo depor o presidente Getúlio Vargas em nome dos interesses empresariais das multinacionais e dos militares da Escola Superior de Guerra.

O Plano de Metas constituiu-se num amplo planejamento de capital público e privado subsidiado de alocação de recursos intersetorial. O objetivo era intervir na acumulação de capital no país acelerando o processo industrial através de inversões nos ditos “setores dinâmicos”, o efeito foi uma mudança estrutural da demanda de consumo que alterou as relações de trabalho segundo as exigências da nova Divisão Internacional do Trabalho pós-1945.

Não é de surpreender a que classe da hierarquia social o Plano mais beneficiou.

Segundo Peter Singer (1989), o funcionamento “natural”, isto é, esperado da macroeconomia no capitalismo segue a tendência de mobilizar recursos (trabalho humano, maquinário, crédito) dos setores menos produtivos para os mais produtivos. Entendendo por “produtivo” o que gera mais lucro. Entretanto, na ausência de um mercado de capitais operado por intermediários financeiros capazes de captar e distribuir a poupança nacional das empresas e famílias em forma de crédito para os empreendimentos que desejavam investir em fatores de produção, no Brasil coube ao Estado realizar tal função para executar o Plano. O deficit orçamentário causado pela emissão de moeda em larga escala, pela obtenção de poupança externa e o resultante aumento no pagamento de amortizações e juros da dívida (atingindo um total de pagamentos de US\$386 milhões em 1959) contribuiu para um surto inflacionário e uma balança comercial completamente desfavorável. O resultado foi o aumento do custo de vida e a queda de investimento nas outras regiões do país, chegando a falir pequenos negócios e famílias que acabaram por migrar (outras sendo expulsas por conta da concentração rural) para os centros urbanos. A aceleração da acumulação de capital através do crescimento industrial foi possível mediante o uso da inflação enquanto mecanismo do mercado para provocar “poupança forçada” e aumentar o volume dos meios de pagamentos oferecidos às empresas privadas “dinâmicas”. O processo inflacionário em larga medida agravada pelo Plano do governo

“resultava, em última análise, da tentativa de inverter uma parcela maior do produto do que a que estava sendo espontaneamente poupada [...] transferindo renda dos assalariados para as empresas, mas também transferir renda das camadas mais pobres, digamos os consumidores de bens semiduráveis e não-duráveis, para as camadas médias e ricas, consumidoras também de bens duráveis, que os novos ramos industriais estavam lançando no mercado em quantidades crescentes.” (Singer, 1989, p. 105)

Os ditos setores tradicionais (pequena indústria de bens não-duráveis, artesanato, agricultura familiar) da economia nacional naquele período estavam literalmente financiando, por intermédio do governo federal, as grandes

14 Dreifuss, 1964: *A Conquista do Estado*, 1981.

15 Frank, *ibid.*

indústrias dos setores ditos “dinâmicos”. Como a indústria pesada, de mercadorias tecnológicas duráveis (automóveis, eletrodomésticos, material elétrico, de comunicações) e a construção civil (a obra faraônica de Brasília e os investimentos rodoviários).¹⁶ As Metas de JK foram políticas favoritistas aos grandes empreendimentos sediados no sudeste, em sua maioria em São Paulo, de origens estrangeiras cujos poderes competitivos eram visivelmente mais vantajosos – sem contar a extensão dos privilégios comerciais concedidos como isenções fiscais, empréstimos públicos, oferta de créditos, juros fixos, concessionárias e outros – com relação aos grupos nacionais. A questão que aqui se impõe evidente é que o fator determinante para a escolha do crescimento industrial dos setores “dinâmicos” de produção, das grandes subsidiárias transnacionais, foi a elevada concentração de renda no Brasil. O mercado dessa nova linha industrial era composto pelas classes de renda elevada das cidades, explicando em primeiro lugar porque a produção de alimentos crescia num ritmo menor que a produção automobilística, já que há mais carência de alimentos do que carros no Brasil. Havia mais renda individual disponível para consumo em artigos não-essenciais, em geral ligado com o estilo de vida urbana da família classe média e alta, do que havia para consumo de leite e carne:

“a desigualdade relativa no crescimento econômico dá uma ideia das dimensões que a concentração de renda deve ter assumido: entre 1955 e 1961, o produto real (índice de base física) da indústria de material de transporte, que inclui a automobilística, cresceu 549,9% (91,6% ao ano), o de indústria de material elétrico e de comunicações, que inclui a de eletrodoméstico e a de eletrônicos-domésticos, cresceu 367,7% (61,2% ao ano), ao passo que o da indústria de produção alimentares cresceu apenas 46,4% (6,6% ao ano) e o da indústria têxtil aumentou 28,9% (4,3% ao ano)” (Singer, 1989, p. 102).

Formou-se nos anos 50 um círculo de interesses composto por diversos corpos econômicos e políticos em torno de objetivos comuns que representavam a execução das diretrizes do bloco econômico global da Nova Ordem Mundial pós-1945. São os agentes envolvidos no golpe de 1954 inspirados pelos Estados Unidos que foram citados pela Carta Testamento do suicídio do ex-presidente Getúlio Vargas. Esse círculo procurava concentrar o máximo de poder político e corporativo dentro do Estado e da sociedade civil, incluindo direções de empresas, escritórios e consultorias técnicas, agências públicas, empresas estatais, altas camadas da administração pública, Forças Armadas e organizações não-governamentais. Vale destacar que houve no governo de JK, segundo Dreifuss (1980), uma “administração paralela” que formulou, propôs e encaminhou as diretrizes bases do Plano de Metas. Tal administração se deu baseada numa *rede techno-burocrática* de racionalidade capitalista. Sua função era congregar valores empresariais, realizava seminários, treinamentos profissionais e formulava diretrizes e relatórios para associações de classes, órgãos políticos do Estado, direções de empresas privadas e estatais, organizações militares das Forças Armadas, agências públicas, clubes sociais e centros culturais determinados. Organizações que incorporariam facilmente ao projeto desenvolvimentista e concentrariam o poder político e corporativo dentro do Estado e na sociedade civil. A rede era estruturada em postos oficiais da administração estatal que visavam intervir nas decisões políticas; em escritórios e consultorias técnicas e através de *think-tanks* – organizações ideológicas públicas ou privadas cujos objetivos eram tanto estudar, pesquisar e indicar o planejamento econômico técnico-empresarial necessário quanto recrutar capital humano para ampliar e fortalecer a rede. O desenvolvimento aparece como efeito de uma administração científica que considera efetivo lidar com os fatores problemáticos da sociedade brasileira com o aprimoramento inovativo e aplicação do conhecimento e da produção técnica. A racionalidade empresarial se disfarça como método neutro, isto é, que não toma partido e não faz juízo de valor. Surgiram dessa administração paralela e desse círculo de interesses inspirados pelo bloco econômico multinacional, organizações como: Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDE; Fundação Getúlio Vargas – FGV; Instituto Brasileiro de Economia – IBRE; Grupo Executivo de Ensino e Aperfeiçoamento Técnico – GEEAT; Instituto de Planejamento Econômico e Social – IPEA; Grupo Executivo da Indústria Automobilística – GEIA, Instituto Brasileiro de Petróleo; CONSULTEC e muitas outras.¹⁷

O Plano de JK e o governo militar incorporaram o planejamento econômico da racionalidade burocrática-empresarial e empoderaram o sudeste subimperialista. Através do crescimento industrial ela se tornou a região das

16 Singer, *ibid.*

17 Dreifuss, *ibid.*

capitais-metrópoles que controlam os mercados do país e escoam o capital excedente das economias satelitais das outras regiões.¹⁸ A “modernização” do sudeste e de Brasília foi, e ainda é, às custas do “atraso” do norte e do nordeste. Na verdade não passa de uma modernização aparente, pois trata-se do argumento defensor da industrialização desnacionalizada que enxerga erroneamente o investimento do capital externo no país como motor do desenvolvimento nacional e não como privilégios exploratórios. Quer dizer, o termo “industrialização nacional” diz respeito a um fenômeno que na experiência brasileira é ilusório. O termo “colônia industrial” seria mais apropriado, já que o poder econômico vem de fora e agrega aqui uma classe associada que serve como seu alicerce.

Com o objetivo de prover a estrutura industrial necessária para a expansão da capacidade produtiva nos setores de consumo de alta renda e “crescer a economia”, leia-se: acelerar a acumulação de capital, o Plano deu continuidade a política de substituição de importações. No entanto, como André Gunder Frank notou, a expansão industrial nacional não se identificava com a expansão do controle ou da propriedade nacional da indústria¹⁹. A burguesia doméstica tornou-se rapidamente inexpressiva no controle do parque industrial, crescentemente desnacionalizado. A substituição de importações, por exemplo para que o Brasil pudesse produzir automóveis, elevadores, refrigeradores e máquinas de lavar, foi uma política *subimperialista* cujo preço pago foi o desenvolvimento de uma economia periférica e dependente. O subdesenvolvimento brasileiro é o desenvolvimento satelital da economia no mercado global, o que significa que a produção de riqueza aqui é em sua maioria enviada para os países sedes das empresas. O produto nacional certamente elevou-se, como desejava a classe política para fins propagandísticos, mas o capital nacional representa uma parcela decrescente nesse sistema econômico que privilegia as corporações transnacionais.

“Dos 55 grupos multibilionários encontrados no Brasil, 31 deles (56,4%) eram multinacionais e 24 deles (43,6%) eram locais ou ‘nacionais’ dos quais, por sua vez, 62,5% tinham ligações variadas com grupos transnacionais” (Dreifuss, 1981, p. 50).

Visto que o Brasil sozinho de fato não possuía capital tecnológico necessário para sustentar tamanho crescimento do mercado. Seja de ramos que já existiam ou ramos inexistentes que foram criados, a indústria básica nacional fundada por Getúlio Vargas foi um dos alvos principais da penetração do capital externo, que diga-se de passagem aproximadamente um terço do total investido era de origem norteamericana. Era necessário estender a capacidade produtiva da indústria pesada para dar conta da demanda da indústria de bens de capital e bens duráveis. Problema é que o Brasil não tinha recursos para realizar tal feito, levando o governo e a burguesia nacional associada a oferecer ao Tio Sam em troca uma fatia relativamente grande do bolo. A ironia trágica dessa “política econômica do automóvel”, como denominou o Prof. Gilberto Felisberto Vasconcellos, formulada nos anos 50 pela CEPAL, o BNDE e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico²⁰, é que o governo brasileiro atraía numerosos investimentos de multinacionais em subsidiárias e em grande parte financiava o investimento inicial dos empreendimentos custando “a seus donos menos de 20% de investimento real do seu capital (Tavares, 1964).”²¹ Em pouco tempo e com baixo custo as transnacionais formaram um oligopólio industrial que monopolizava o crescimento econômico brasileiro. A divisão internacional do trabalho determinava a integração tecnológica avançada nos setores de produção mais especializados que, por sua vez, favorece a concentração das multinacionais e subsidiárias.²² Quanto mais a produção requeria conhecimento especializado e tecnologia avançada, menor era a presença de empresas nacionais sem nenhum vínculo com as multinacionais.

Percebe-se um trilha histórico da penetração do imperialismo na América Latina. No início do século XX concentrava-se nos principais serviços de utilidade pública via concessões como fornecimento de luz elétrica, iluminação, transportes urbanos e construções ferroviárias (Brazilian Light & Traction-Brascan, American & Foreign Power e a International Telephone and Telegraph são alguns exemplos). Setores industriais novos de tecnologia moderna que a Europa e os Estados Unidos haviam acabado de desenvolver com a produção científica ainda no

18 Frank, *ibid.*

19 Frank, *ibid.*

20 Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/aeravargas2/artigos/elevoltou/bnde>> e <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/ComissaoMista>>. Acesso: Novembro, 2016.

21 Ribeiro, *O Povo Brasileiro e a Formação e o sentido do Brasil*, 1995.

22 Dreifuss, *ibid.*

século XIX e começaram a oferecer para a América Latina no século XX²³. Meio século mais tarde, a tecnologia industrial evoluiu e o capital externo buscou terreno na produção automobilística (General Motors Co., Ford Motors Co., Willis Motors), de materiais elétrico, eletrônicos e telecomunicações, metalúrgica (Gillette Co., Revere Cooper), petroquímicos (Standard Oil, Texaco), energética e mineração (Bethlehem Steel):

“a indústria de base e a indústria pesada atraía cerca de 40% de todo o investimento multinacional privado (aproximadamente 1,4 bilhões de dólares de um total de 3,5 bilhões de dólares) [...] o capital americano abrangia cerca de 40% do investimento estrangeiro em indústrias de base, seguido da Alemanha Federal com 15% e da Grã-Bretanha com 11%. Na indústria leve brasileira, 38% dos investimentos eram de origem americana, a Argentina representava cerca de 13% do capital estrangeiro nesse setor e a Grã-Bretanha 12%” (Dreifuss, 1964, p.57-58).

Os setores mais produtivos da economia geram mais lucro e são os que determinam o crescimento econômico e, lamentavelmente, em sua maioria consistem em empreendimentos de grupos multinacionais que remetem o lucro de volta para seus países de origem. Em geral, setores e serviços industriais que são em origem de capital brasileiro ou patrimônio público, mas que foram concedidos os direitos de exploração, formados joint-enterprises, financiados com empréstimos públicos ou ainda foram diretamente adquiridos os direitos de propriedade por grupos externos. O empresariado brasileiro foi cada vez mais pressionado para trocar seus empreendimentos “for a handfull of dollars”, como disse Andre Gunder Frank referindo-se a economia do governo militar.

O Plano de Metas agregou com si um *macro-marketing empresarial*²⁴ do nacional-desenvolvimentismo que o viabilizou como objetivo nacional de todas as classes e não como projeto de interesse da burguesia que, no entanto como os fatos demonstram foi quem tinha mais a ganhar com o Plano. O resultado foi acelerar a industrialização a partir de uma abertura comercial com as multinacionais em vários ramos produtivos estratégicos para, em seguida, garantir a elas privilégios de exploração. Nesse processo, o desenvolvimento é uma premissa teleológica, só que não autogerido, pois o motor dele é externo: são as multinacionais, ou seja, ele é ilusório. O nacional-desenvolvimentismo foi engenhado pela administração de JK como aparato ideológico, no entanto na prática foi altamente prejudicial, pois acarretou – sendo levado a diante pelo governo militar – “*progressive domination of the Brazilian economy and the strangulation of its capacity for national development.*”²⁵ A implementação contínua desse tipo de política econômica acelerou não só a industrialização, mas também todas as contradições decorrentes do capitalismo.

3.1 Economia política do golpe de 1964

O fim do governo JK e os 5 anos de políticas desenvolvimentistas acarretaram numa crise econômica depressionária e inflacionária e uma crise política causada pela tentativa fracassada de golpe com a renúncia de Jânio Quadros em 1961. Resultando na posse inesperada do vice João Goulart, do PTB, herdeiro político de Getúlio Vargas e presidente derrubado pelo golpe de 1964. A crise política foi o colapso do sistema populista de compartilhamento do poder entre forças populares e forças empresariais. O descontentamento popular com o surto inflacionário provocado pelas medidas deficitárias do Plano de Metas eclodiu uma radicalização política de mobilizações dos assalariados urbanos e do campesinato. A militância sindical cresceu em forças e reivindicava aumentos reais do salário, negando-se a continuar pagando o fardo do “desenvolvimento”.

23 Frank, *ibid.*

24 O termo “*macro-marketing empresarial*” aparece no livro de René Dreifuss como referência ao fenômeno propagandístico da organização da opinião pública em torno da aprovação do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek.

25 Frank, *ibid.*

Na aurora da década de 1960 a economia entra em depressão, o ritmo de crescimento do produto entra em declínio após anos de visível elevação (com quedas reais dos salários dos trabalhadores). Em 1962, a inflação chegou a 54,8%, o crescimento do PIB no mesmo ano foi 5,3% e no ano posterior 1,5%. Os preços aumentavam exponencialmente e a produtividade industrial caía. A questão financeira que o próximo governo tinha de lidar era: quem vai pagar a conta da inflação? Se os trabalhadores reivindicavam por aumentos salariais e o empresariado se recusava a reduzir a taxa de lucro, a inflação tendia a aumentar numa espiral infinita de preços e salários e o governo trabalhista do Jango certamente falharia na missão do saneamento econômico anti-inflacionário. Não havia possibilidades, no começo de 1960, em manter a expansão industrial formulada pelo planejamento de JK sem exercer um programa financeiro austero e conservador que daria condições de expandir este mercado determinado pela concentração de renda.

O golpe militar de 1964 foi resultado de uma ação organizada cooperativamente por um círculo de alianças entre grupos de interesses solidários nacionais e estrangeiros que se estruturaram desde a queda do Estado Novo e durante o governo JK enquanto administração paralela, como expusemos acima²⁶. “Interesses multinacionais e associados constituíram, em parceria com o setor de agroexportação, um bloco modernizante-conservador”, também composto pelos militares da Escola Superior de Guerra (formada nos moldes da National War College²⁷), antipopulistas e defensores do nacionalismo ufanista²⁸. Componentes desse bloco ocuparam cargos ministeriais em 1961, cuja eleição emblemática girou em torno da vitória da coligação trabalhista na vice-presidência e da presidência de Jânio Quadros do espectro conservador e direita da aliança PDC-UDN:

“Jânio Quadros compôs um executivo que satisfaz as forças socioeconômicas modernizantes-conservadoras. Importantes grupos econômicos multinacionais e associados, influentes associações de classe empresariais, membros da CONSULTEC e o núcleo da ESG foram incluídos em seu ministério, na administração pública e ocuparam os postos de comando dentro da hierarquia militar.

Incluía-se em seu ministério: Clemente Mariani (Banco da Bahia, Light S.A. - grupo Morgan), Ministério do Tesouro; Arthur Bernardes Filho (The Royal Bank of Canada, Westinghouse – grupo Mellon e Banco do Comércio), Ministro da Indústria e Comércio; Walter Moreira Salles (grupo financeiro-industrial Moreira Salles, ligado ao grupo Rockefeller), embaixador do Brasil nos Estados Unidos; Oscar Pedroso Horta (grupo Mellon), Ministro da Justiça; Franciso Carlos de Castro Neves (FIESP), Ministro do Trabalho...” (Dreifuss, 1964, p. 126).

A campanha eleitoral de Jânio foi efeito da triagem do bloco modernizante-conservador de agregar e canalizar o apoio civil da classe média e alta das cidades, dos profissionais-técnicos, do empresariado e dos militares alinhados aos Estados Unidos na realização de um governo formatado no esquema populista, porém com agenda conservadora, antipopular e moralista. O *varre, varre, vassourinha* era uma referência do antagonismo político entre conservadores e trabalhistas ou entreguistas e nacionalistas, estes cada vez mais identificados como comunistas, subversivos e corruptos. Principalmente após a visita de Jango à URSS em 1960, o primeiro líder político latino-americano, não cubano, que quebrou com o alinhamento ideológico automático aos Estados Unidos que barrava as relações do ocidente com Moscow. Decorrido alguns meses do seu governo, mesmo com a equipe do bloco modernizante-conservador nos altos escalões dos ministérios, as esperanças de implementar um “regime de austeridade e autoridade na administração pública” (p. 128) estavam perdidas. O projeto do “populismo udenista” havia falhado. O governo Jânio foi projetado para ser plenamente empresarial, mas foi impedido por obstáculos de ordem político-burocrática (oposição no congresso), financeira (crise inflacionária) e civil (movimentos sindicais). A primeira tentativa de institucionalizar oficialmente, através de meios populistas como observou René Armand Dreifuss, uma agenda política e econômica não popular e que fosse estável malogrou-se, sendo necessário a via autoritária da ditadura não engessada pelo pluripartidarismo democrático e a organização sindical.

26 Dreifuss, *ibid.*

27 Instito de ensino superior militar do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América.

28 Trata-se de um patriotismo exarcebado, romântico e ingênuo que não identifica nacionalismo com libertação econômica, política e cultural.

A coalizão UDN-PDC-PTB produziu um clima de tensão, inconfiância e conflito para o bloco hegemônico de interesses dado a participação ativa do vice-presidente nos movimentos populares e sindicais. Dentro do Congresso os líderes parlamentares constituídas em torno do governo federal começaram a dissolver a base e se alinharem ao bloco opositor, desestabilizando-o mais ainda. Em 25 Agosto de 1961, Jânio Quadros renuncia o cargo de presidente da República e, enquanto Jango estava numa visita a China, parlamentares e ministros militares do bloco empresarial-militar rapidamente articularam um golpe com o objetivo de impedir sua posse e convocar novas eleições. No entanto, não contaram com a resistência armada e a campanha de rádio do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, em prol da legalidade da posse de João Goulart. O episódio ficou conhecido, porém lamentavelmente cada vez mais esquecido, como a Campanha da Legalidade de 1961. No entanto, o acordo compromissado no Congresso entre as forças de oposição foi a restrição do poder executivo com o estabelecimento do parlamentarismo em que seria votado um ano depois via plebiscito a manutenção permanente ou não. Em 1963, a população brasileira votou “não” via plebiscito e o regime presidencialista foi restaurado, restaurando os poderes de Jango.

Jango se empenhou em fazer um governo populista de cunho nacional-reformista forjada numa estrutura populista entre “oficiais nacionalistas das Forças Armadas, os intelectuais formuladores da política (Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Paulo Freire, Josué de Castro), a classe operária organizada (urbana e rural) e a burguesia nacional.”²⁹ Sendo que esta última era dividido entre os associados que alinharam-se aos milicos e o Tio Sam³⁰, sobrando a pequena e média burguesia industrial e agrícola, ambas afetadas pelos privilégios e monopólios do capital transnacional que compunham o bloco agroindustrial-modernizante-reformista apoiadora do trabalhismo de João Goulart. As diretrizes básicas do governo eram as chamadas reformas de base que tratavam de amplas reformas nos setores econômicos, no sistema político e na redistribuição de terras. A verdade que a história nos mostra é que o governo Jango carecia de forças internas dentro do Estado e das Forças Armadas para contrabalancear o imperialismo. O fracasso do governo Jânio demonstrou a incompatibilidade da conciliação entre interesses extremos e opostos. O bloco modernizante-conservador desejava o fim do populismo. Jango buscou fortalecimento no apoio popular com os movimentos urbanos e rurais e, após o fim do parlamentarismo em 1963, logo pôs em andamento as reformas com autoridade executiva sem aprovação do Congresso. As greves e manifestações de ruas multiplicaram-se durante seu governo chegando a 172 registradas em 1963.³¹ A crescente motivação política das greves e mobilizações pressionando pelas reformas de base do governo foi sinal de fortalecimento para Jango realizar sua agenda, sendo no entanto sinal também de enfraquecimento dado a crescente dependência e associação dos movimentos com o governo, levando em conta ainda que a maioria das greves foram no setor público, gerando mais insatisfação popular. Jango não demorou muito pra ser cooptado na ação ideológica da campanha oposicionista que intensificou a instabilidade política.³²

Quanto à sua política financeira, o Plano Trienal do Desenvolvimento Econômico e Social de Celso Furtado (Ministério do Planejamento) e San Thiago Dantas (Fazenda) retardaria as reformas de base do governo por um período de três anos com medidas gradualistas de saneamento econômico para estabilizar a inflação, a balança de pagamentos, as contas nacionais e o câmbio.³³ A formulação do Plano foi um tanto ortodoxo para a linha política de Jango que, na esperança de solidificar a base política e atenuar os movimentos populares, optou por um planejamento econômico não radical seguindo até mesmo as recomendações do FMI na esperança de conseguir mais empréstimos. O que não tardou por gerar descontentamento social com a base popular de Jango que defendia a realização imediata das reformas; e o empresariado nacional emputecido com as restrições de crédito, que via com antipatia e maus olhos o maior controle econômico por parte do governo.³⁴

A visita do ministro da Fazenda a Washington não trouxera grandes novidades sobre empréstimos, os americanos se mostraram relutantes com o maior controle exercido pelo governo sobre as atividades das multinacionais. O capital multinacional começou a ser tratado mais em pé de igualdade com o capital nacional,

29 Fausto, *História Concisa do Brasil*, 2001.

30 *ibid*

31 *ibid*

32 *ibid*

33 FGV

34 Fausto, *ibid*.

restringindo a remessa de lucros e tirando os privilégios comerciais ganhos durante o período Juscelino-Jânio. Jango não era descompromissado com o desenvolvimento nacional nem tampouco com o comércio exterior e a diplomacia com os outros países: fez diversas visitas, condecorou o Che e representou os interesses nacionais perante a comunidade internacional em discursos comoventes. A questão é que o modelo de desenvolvimento do Jango, através das reformas de bases, visavam frear os efeitos da industrialização acelerada e concentrada e proteger o capital nacional de ser estrangulado pelo imperialismo. Sua notória sensibilidade com o nordeste demonstrava a preocupação com os interesses nacionais em reduzir a desigualdade, impedir o monopólio estrangeiro das atividades agro-exportadoras e dos setores mais “recalcitrantes da oligarquia rural”³⁵.

A crise do sistema populista se deu em detrimento da luta de classes: “a interação entre os interesses contraditórios e as demandas simultâneas do capital transnacional e classes trabalhadoras subordinadas.”³⁶

Era evidente que Jango não estava tentando implantar o comunismo. As chamadas reformas de base não tinham como objetivo socializar a riqueza e destituir a propriedade privada, sendo antes um plano de intervenção estatal na economia cujo efeito a longo prazo seria de procurar contornar a intensidade das contradições do capitalismo que o nacional-desenvolvimentismo exacerbava. Era uma *humanização* da economia, reduzindo o tamanho da distância na desigualdade econômica, progredir a justiça social e no apaziguamento da pobreza. Em contraposição, os militares propunham sua própria versão da *humanização* que consistia na eliminação dos fatores políticos que supostamente conspiravam contra a pátria praticando “subversão”; e no compromisso com o desenvolvimento modernizante da economia, o que não foi senão auxiliar os ganhos do capital externo no mercado interno e externo do Brasil.

O mito comunista associado à figura populista de Jango foi efeito de uma campanha ideológica financiada pelo imperialismo norteamericano datada de 1962, aproximadamente, através da ação estratégica de associações de classes (FIESP, CIESP, CONCLAP, CNI, etc) e organizações políticas (IPES e IBAD). Compostos majoritariamente por empresários, políticos e militares que produziam conteúdo, coletavam informações, realizam pesquisas e que tiveram largo apoio da imprensa dominante (O Globo, Correio da Manhã, Jornal do Brasil, Jornal da Tarde) usando a rádio e a TV para convocar marchas e passeatas em defesa da democracia. Boa parte da produção ideológica girou em torno de aterrorizar psicologicamente a população com o clima de guerra revolucionária, identificando capitalismo com democracia, ordem, estabilidade e legalidade, difamando a organização de classe, o populismo e a figura do trabalhador como ídolos renunciadores de uma revolução totalitária. O bloco de interesses corporativos que conspirava o golpe buscava apoio popular, visto que não havia condições de depôr o presidente sem antes canalizar o apoio das massas. Cada vez mais segundo o ritmo dos fenômenos políticos o bloco modernizante-conservador ganhava terreno e recrutava mais parlamentares, militares e civis importantes para a reação. Na onda maior da ingenuidade que solapava os simpatizantes em nome da legalidade democrática, da ordem pela purificação das instituições políticas em nome da segurança nacional, o bloco conquistava mais autoridade para soterrar o populismo em prol dos interesses internacionais. Foi a inexistência factual de um objetivo revolucionário do governo tornada em verdade no imaginário popular o fator impulsionador para fortalecer uma possível intervenção armada dos militares sob a doutrina da segurança nacional³⁷:

“A partir da ESG e de órgãos como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), financiado pela CIA, foram surgindo as linhas definidoras de um regime político considerado capaz de impedir a subversão da ordem e garantir um certo tipo de desenvolvimento. À medida que o governo Goulart se radicalizava e se instabilizava, firmava-se nos círculos associados da ESG-IPES-IBAD a convicção de que só um movimento armado poria fim à anarquia populista, contendo avanço do comunismo” (Fausto, 2001, p. 249).

35 Dreifuss, 1981, p. 131.

36 *ibid.*, p. 132.

37 “Sob influência externa, ela [a doutrina da segurança nacional] foi gerada no âmbito da ESG, fundada em agosto de 1949 com a assistência de conselheiros frances e americanos. A missão dos Estados Unidos permaneceu no Brasil de 1948 a 1960. Dente os brasileiros, a principal figura, como técnico e organizador, foi o general Golbery do Couto e Silva” (Fausto, 2001, p. 249).

“Contrarrevolução de caráter preventivo” como disse o jornalista Carlos Castelo Branco em *A Idade da Terra*, filme do cineasta Glauber Rocha. A presença de líderes nacional-reformistas no executivo defendendo mudanças de base no Brasil era vista com maus olhos pelo imperialismo da Doutrina Kennedy, levado a cabo pelo embaixador Lincoln Gordon. Sobretudo em apenas alguns anos após a Revolução Cubana de 1959, o que acabou por desencadear um movimento interno com direcionamento estrangeiro destinado a depor o governo³⁸. Nas palavras de Andre Gunder Frank, as doutrinas imperialistas pós-guerra do Estado norteamericano “in Latin America is the extension and adaptation of the imperialist Pan- or Inter-American doctrines of Monroe, Blaine, Teddy Roosevelt and even of Wilson and FDR”.³⁹ Vale notar que a ação imperialista sofreu visível direcionamento crescente contra países que continham ameaça de insurgência popular contra governos aliados, amenizando o foco em combater diretamente a União Soviética. A preparação do Departamento de Defesa através de agências como a CIA e o Pentágono foi intensiva no treinamento militar e ideológico de longos anos das Forças Armadas brasileira com envio de oficiais em missões para os Estados Unidos e criando bases e instituições no Brasil.

Os militares em colaboração com a classe dominante tinham objetivos em comum e interesses próprios como disse Renato Ortiz⁴⁰. Os primeiros visionavam um projeto de nação a partir da hegemonia ideológica e unificação das consciências. O empresariado apoiador do golpe, por outro lado, desejava a integração e expansão do mercado nacional, ramificando cada vez mais a rede de consumidores para todas as regiões do país e dos países vizinhos. Os oficiais militares aliados não eram avessos ao desenvolvimento econômico, mesmo nos termos exploratórios das multinacionais, mas os interesses específicos de cada um se concretizavam no plano histórico de um Estado autoritário. Fato que o golpe consumado em abril de 1964, como Boris Fausto demonstra, constituiu-se na realidade de um “golpe dentro do golpe”. Seus reais arquitetos não estavam preocupados com a legalidade democrática do governo de Goulart, e sim em dar continuidade a um planejamento econômico que dependia de medidas austeras cabíveis somente a um governo autoritário. Os segmentos da sociedade civil e os parlamentares golpistas como Carlos Lacerda tiveram seus direitos políticos caçados sendo impedidos de participar da nova administração.

A política econômica dos governos militares intensificaram os laços dominatórios do país com o centro do capitalismo mundial. “In 1961, the two giant American worldwide cotton merchants, SANBRA and Anderson & Clayton, received \$54 billion cruzeiros in loans from the Bank of Brazil, or 47% of that bank’s entire agricultural and industrial loan portfolio”⁴¹. A regra que o governo militar procurou estabelecer para o planejamento econômico foi de conceder privilégios de troca, por meio de licenças, com total assistência financeira, tributária e logística para as transnacionais manterem suas atividades nos setores mais produtivos. *Mechanisms of imperialism*, como Gunder Frank definiu, são os conjuntos de ações financeiras, legislações e fiscalizações que o Estado mantém nas suas relações de lealdade com o capital externo que, no fim, visa garantir lucros exorbitantes a baixos custos em troca pelo enriquecimento da burguesia nacional mediante participações nas suas atividades. O resultado prático é o monopólio escancarado financiado com capital nacional e, por vezes, público. É nesse sentido que a SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), precursora do Banco Central, publicou a Instrução 113 de 1955⁴² permitindo às *joint-ventures* importarem suas máquinas sem cobertura cambial. Outro caso notável foi da Hanna Mining Co.:

“This foreign exploitation of Brazilian mineral wealth, especially her iron ore deposits, was made possible by the mineral code, one of the major decrees promulgated by the Castelo Branco administration. The principal benefactor of the code was the third largest U.S. iron ore producer, the Cleveland-based Hanna Mining Company, which was granted rights to mine Brazil's richest iron ore deposit — high grade hematite — in Minas Gerais.” (Disponível em: <<https://nacla.org/article/hanna-industrial-complex-part-i-operations-brazil>>. Acesso: Outubro, 2017).

38 Fausto, 2001.

39 Frank, 1969, p. 204.

40 Ortiz, 1988.

41 Gunder Frank, 1969, p. 164.

42 Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/PoliticaCambial>> Acesso: novembro, 2016.

A companhia havia adquirido ainda no governo de JK 52% das ações da antiga mineradora inglesa St. John D'el Rey Mining Comany o que lhe garantiu controle sobre a empresa formando uma subsidiária brasileira, a Companhia de Mineração Novalimense. Casos como este foram recorrentes após 1964 cujos 25 anos de regime militar endossaram o controle estrangeiro de bens públicos como os depósitos de minério, oferecendo privilégios de exploração para diversos setores estratégicos da economia brasileira de exportação e da produção interna. O Brasil cada vez mais se transformou em fornecedor mundial de commodities, expandindo a alta dependência econômica e tecnológica aos países centrais que fabricam com recursos nacionais os artigos mais produtivos vendidos ao consumidor brasileiro e internacional: "in general, American enterprises in Brazil tend to produce non-essentials, and they do so largely with Brazilian capital" (Gunder Frank, p. 169).

3.2 A construção de uma rede nacional de telecomunicações

É comum na literatura científica da história econômica e cultural do Brasil considerar o golpe de 1964 como responsável por edificar uma rede de telecomunicações territorialmente integrada através de um sistema de micro-ondas e de transmissão de satélites terrestres e espaciais (integrou-se ao sistema Intelsat em 1974 e a partir de 1985 operava com dois satélites próprios: Brasilsat 1 e 2). De fato foi o governo militar que investiu na construção das primeiras estruturas telecomunicativas. Seja através de concessões, subsídios, empréstimos ou investindo diretamente através das estatais, e foi graças a ele que o setor privado se beneficiou com o fortalecimento de um parque industrial de produção de cultura e de um imenso mercado consumidor de bens simbólicos. Objetos do monopólio estatal como a Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações), inaugurada em 1965. Em 1972 o general Médici criou a Telebrás, outra importante companhia estatal que operava no setor público das telecomunicações. Em poucos anos o Brasil já contava com uma oferta territorialmente integrada de serviços telefônicos e televisivos.

A televisão apareceu no Brasil sob o apadramento do jornalista e empresário-aventureiro Francisco de Assis Chateaubriand, ainda em 1950, em São Paulo, com a TV Tupi, a TV Paulista e a TV Record no Rio de Janeiro. Segundo Sérgio Mattos (2000), o modelo de crescimento econômico baseado na industrialização internacionalizada (que analisamos acima) refletiu-se no modo que o regime militar tratava a televisão: como meio de comunicação (integração nacional) e como indústria. Ao mesmo tempo em que os militares no poder, formados sob a tutela da ESG, visionavam uma rede nacional de telecomunicações que pudesse servir aos objetivos políticos e doutrinários do regime, os empresários nacionais e estrangeiros viam uma mina de ouro audiovisual. "É um momento da história brasileira onde mais são produzidos e difundidos os bens culturais" beneficiado por um capitalismo em vias de globalização promovido, em grandes níveis, pelo Estado brasileiro, autoritário e censor. O governo militar possuía na sua administração sua própria "gestação de uma política de cultura"⁴³ e educativa no qual a televisão teve um papel fundamental, tanto no setor privado quanto público através de faculdades de comunicação, formações técnicas em publicidade, etc.⁴⁴ Surgiram nesse período entidades como EMBRAFILME, FUNARTE, Instituto Nacional de Cinema e o Conselho Federal de Cultura que elaborou um Plano Nacional de Cultura (PNC). "O Estado deve, portanto ser repressor e incentivador das atividades culturais."

Entre 1969 e 1977, houve no Brasil o fenômeno conhecido como o "boom da televisão", o governo militar havia concedido 67 licenças para novas emissoras de TV em todo o território nacional. A televisão era para os militares um meio transmissor de propaganda oficial do governo e disseminador dos valores considerados essenciais para a ordem e desenvolvimento nacional. Chegando ao ponto de censurar aqueles programas que considerava incompatíveis com os interesses nacionais. Sua regulamentação passava tanto pelo Ministério de Comunicações inaugurada em 1967 quanto pelo Conselho de Segurança Nacional cujos poderes foram ampliados na condição de estado de exceção.

A televisão na sua fase de ouro representava o sonho pela unidade nacional que o rádio não obtivera, mantendo seu alcance em escalas locais e regionais. O que representava tanto a formação de um mercado consumidor interno integrado quanto a fabricação através da televisão de uma identidade nacional. A retomada do crescimento econômico a partir de 1969 (o famoso "milagre econômico") introduziu uma série de novas mercadorias

43 Ortiz, *A Moderna Tradição Brasileira*, 1988.

44 Mattos, *História da Televisão Brasileira*, 2002.

de consumo na sociedade brasileira, destinado ao poder aquisitivo das camadas trabalhadoras, média e alta das grandes cidades. O que por sua vez fortaleceu a confiança da opinião pública no modelo de desenvolvimento associado que beneficiou o país com novas tecnologias como a televisão, carros populares e outros. Foi nessa época que seu potencial econômico começou a ser explorado com a venda de aparelhos eletrônicos e a publicidade de anúncios. Destaca-se a importância que o futebol, uma paixão nacional, representou com o espetáculo da cobertura da Copa do Mundo de 1970 com vitória do Brasil.

Acreditava-se que a nação ia bem, embora o povo ia mal, frase emblemática do general Emilio Garrastazu Médici, presidente da República de 1969 a 1974.

A integração tecnológica em torno das emissoras concentradas no sudeste acompanha a desigualdade regional: “quando a televisão entra de fato em franco desenvolvimento, em 1970, essas duas cidades [Rio de Janeiro e São Paulo] somavam 56% do produto nacional e 73% da indústria” afirmam Armand e Michèle Mattelart (1989). Fato é que o desenvolvimento da televisão, ou em termos mais gerais, da mídia brasileira, encontra no plano histórico pós-golpe sua síntese com a inauguração da Rede Globo em 1965, inicialmente secundada pela Time-Life e, mais tarde em 1969, readquirida as ações pela família Marinho. O sucesso da ascensão explosiva da Rede Globo em poucos anos se enquadra numa reflexão mais ampla sobre o capitalismo de Estado e o modelo de desenvolvimento econômico cooptado pelo regime militar e o poder empresarial que o apoiava. Lembramos que o governo militar deu continuidade e otimização ao modelo econômico surgido no período JK e que o Estado exerceu função central no desenvolvimento do capitalismo nesse época. A cristalização de um paradigma empresarial fundamentado na formação técnico-profissional será o critério definitivo ao lado da fórmula do marketing televisivo. A Rede Globo aprendeu bem essas noções na época e se dedicou a adaptar-se ao novo espírito empreendedor do livre mercado: “será a primeira a criar departamentos de pesquisa, marketing e de formação.”

Em 1980 a TV Tupi é fechada e a Rede Globo, ao lado das suas duas maiores concorrentes, Bandeirantes e SBT (Sistema Brasileiro de Televisão), recolhia sozinha mais de 60% da receita dos anúncios de televisão e 50 a 70% da audiência nacional e, em 1985. No fim do regime, havia mais de 22 milhões de televisões domésticas no país⁴⁵. O perfil empresarial, segundo Mattelart (1989), exigido pelo modelo de desenvolvimento econômico levado a cabo pelos militares e o capital multinacional teria de ser ajustado para preencher a função de fabricar a identidade nacional com a modernização, como se observava nos *slogans* oficiais como “Brasil, Ame-o ou Deixe-o”, “Brasil Grande” e “Pra Frente Brasil”. Fato é que a televisão brasileira entrava na sua fase *manager*.

O nacionalismo oficial da ditadura era essencialmente despolitizado, ufanista e deslocado das camadas populares.

Assim, o tripé da economia (estatais, privadas brasileiras e multinacionais) estava sintonizado com os objetivos do governo militar de crescimento econômico e da segurança nacional através do controle psicossocial. No entanto baseados em princípios contraditórios: de um lado da incipiente força do livre-mercado e, do outro, do controle estatal. Esse aparente paradoxo ideológico entre um governo autoritário e rigidamente censor e da iniciativa privada do livre mercado, na prática, era inexistente devido ao fato que a televisão, em particular a Globo, foi o portavoz ideológico dos militares e tornou-se símbolo próprio da modernização. Do “milagre brasileiro” e responsável por formar uma identidade nacional territorialmente integrada.

Os interesses do empreendedorismo se mesclavam no imaginário popular com os interesses da nação. A televisão cumpriu a função de ampliar o mercado consumidor interno pelas fronteiras do Brasil, pois foi justamente nela que o horizonte do controle psicossocial disciplinar exigido pela doutrina da segurança nacional foi encontrado, e não na censura e na repressão cultural. Não havia mais possibilidades históricas de se concretizar uma televisão estatal nos moldes da racionalidade totalitária nazifascismo da Alemanha e da Itália dos anos 30. O governo militar, de fato um agente censor, apostava na cultura de massas e na indústria do entretenimento para *adular* o cidadão brasileiro e transformar o subversivo em potencial em público consumidor. A ditadura censurava e disciplinava, como disse Renato Ortiz (1988) e para tal foi necessário adotar uma flexibilidade institucional que dialogasse com o mercado. O advento da televisão e da vida baseada no consumo reflete a realização do desejo por homogeneização e unidade nacional que transcende as classes sociais: “o autoritarismo moderno constrói-se sobre a despolitização,

a desmobilização do povo, o que introduz uma ruptura fundamental em relação aos populismos latino-americanos inaugurados nos anos 40." (Mattelart, 1989).

Tal feito só obteve sucesso sob a égide de uma nova estética: do espetáculo. Nela, a produção cultural poderia até conter alguns elementos considerados pelas agências institucionais do governo como subversivos aos costumes morais e à ordem nacional, desde que adaptado a estética do mercado. Tal como foi o caso das canções de protestos nos Festivais da Canção e da própria Jovem Guarda. Entretanto, restringindo seus poderes de ação a partir do monopólio empresarial da produção cultural controlando seu público-alvo. Com efeito, a produção cultural da esquerda artística e intelectual era destinada a círculos restritos (como foi o caso da Editora Abril e seus públicos especializados, como o círculo universitário da coleção *Os Pensadores*)⁴⁶, mantendo-se afastado das camadas populares.

O projeto do CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE, criado em 1962, dois anos antes do golpe, foi inovador no sentido de ter diagnosticado a necessidade por uma verdadeira cultura de massas, cuja propriedade sobre os meios de produção cultural seria do povo e não da burguesia. Salientando que o objetivo do CPC em criar uma arte revolucionária⁴⁷ seria inviável sem o controle propriamente dito de uma linguagem ou código próprio. Assim sua ferramenta de criação artística não poderia vir, obviamente, dos meios de comunicação de massa por uma razão histórica (o Brasil ainda não possuía rede integrada) e por uma razão ontológica (a arte revolucionária tem por fundamento uma aversão natural a mercadoria simbólica e define arte verdadeira como valor de uso e não valor de troca⁴⁸). O que se queria mais evitar, mais do que conteúdos indesejáveis, eram produções independentes que não participavam do pacto empresarial-autoritário. A ditadura e os grupos midiáticos conviviam harmonicamente num espaço onde cada um respeitava a atividade do outro: as emissoras, editoras e estúdios não resistiam incessavelmente às exigências dos militares e estes respeitavam a liberdade artística e cultural que a produção cultural necessariamente traziam consigo. A ditadura era democrática com relação à produção de bens simbólicos e o empresariado aceitava o seu autoritarismo, configurando uma relação (quiça uma sociedade) de mútuo benefício assumindo características orgânicas e simbióticas⁴⁹.

4 A mais-valia ideológica do subdesenvolvimento

Aqui trataremos da teoria da mais-valia ideológica do poeta e escritor venezuelano Ludovico Silva aplicado ao nosso objeto histórico das relações materiais de produção do capitalismo imperialista no Brasil. Utilizando sua teoria como recurso de análise da expressão ideológica do modelo de desenvolvimento econômico oficialmente inaugurado, como demonstramos, por Juscelino Kubitschek e autoritariamente mantida e otimizada pelo regime militar pós-golpe. Trata-se enfim, depois de alguma delonga, de esclarecer o objetivo do presente trabalho em identificar os desdobramentos imateriais da indústria cultural brasileira, isto é, que se manifestam no psiquismo humano e não nas relações econômicas. Embora a ela se encontram intimamente ligados por uma *determinação*.

A mais-valia ideológica é uma teoria acerca da alienação ideológica do homem no capitalismo que procura abordar um fenômeno recente (inerente a condição do capitalismo no seu estágio telecomunicativo). O tempo livre, ocioso do homem moderno é preenchido por um processo de exploração da sua energia mental através da exposição diária a "restos mnêmicos" das percepções acústicas e visuais. Transmitidos pelos meios de comunicação de massa e que se depositam na dimensão psíquica da sua "pré-consciência"⁵⁰ impondo uma falsa representação da realidade à sua consciência sob a forma do *fetichismo* e da *mercantilização* da vida. Fetichismo no sentido que Karl Marx deu ao termo que é a personificação da mercadoria, atribuindo valores mágicos e qualidades humanas a ela; e a mercantilização que é a coisificação do homem, isto é, transformando não só sua consciência, mas ele mesmo em mercadoria, em valor de troca. O que acaba por atingir virtualmente na forma de todas as outras relações sociais: na linguagem, na família, na interpretação do mundo em que vive e na maneira como se vê. Percebe-se que o conceito

46 Ortiz, 1988.

47 Marcuse, *A Arte na Sociedade Unidimensional*, 2000.

48 Silva, *A Mais-valia Ideológica*, 2013.

49 Ortiz, 1988.

50 Conceito freudiano que refere-se à dimensão psíquica intermediária entre o inconsciente (*id*) e o consciente (*ego*). Nela, haveria uma espécie de reservatório das percepções sensoriais do indivíduo que se mantém numa condição latente de semiconsciência que determina o estado consciente, sem, no entanto, ser oculto e totalmente inacessíveis ao ego. Cf. Freud, *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, 2011.

de ideologia, formulado por Marx, é o fator dominatório do materialismo histórico dialético da qual ela se fundamenta. Ideologia quer dizer ideia ou representação falsa da realidade que oculta as relações materiais da estrutura da sociedade e a substitui por crenças, valores, ídolos, fetiches e representações diversas que são compatíveis com a justificação da acumulação de capital e da propriedade privada. Ela é uma “formação social” objetiva que tem lugar e finalidade previamente definidos na estrutura.

O capitalismo não oferece qualquer ideologia aos indivíduos, mas somente aquelas que o justificam e preservam suas relações materiais que são também relações de destruição. Assim, a mais-valia ideológica vem com o propósito de evidenciar que a ideologia, componente natural do capitalismo em qualquer dos seus estágios, se beneficia agora com uma espécie de reforço. O capitalismo agora fabricou novos meios de expandir seu horizonte de alienação ideológica na sociedade. Esse reforço é o rádio, a televisão, a indústria editorial, fonográfica, cinematográfica, publicitária, etc.

A mais-valia ideológica é, segundo o autor, uma chave teórica fruto de uma analogia com a mais-valia material da teoria marxiana em que assim como a força de trabalho material torna-se, no capitalismo, mercadoria, é igualmente razoável imaginar que haja uma relação semelhante na realidade espiritual e subjetiva. Assó, a força de trabalho imaterial na consciência humana transforma-se também em mercadoria vendável e, conseqüentemente, alienável:

“levando em conta a afirmação de Marx de que as relações de produção se reproduzem no plano da ideologia, pensamos que, assim como na oficina da produção material capitalista se produz como ingrediente específico a mais-valia, assim também na oficina da produção espiritual do capitalismo se produz uma mais-valia ideológica cuja finalidade é fortalecer e enriquecer o capital ideológico do capitalismo; capital que, por sua vez, tem como finalidade proteger e preservar o capital material” (p. 150).

Percebe-se como a fundamentação epistemológica da teoria desse recurso analítico do Ludovico tem algo a mais que a mera analogia, pois deduz-se a relação a partir de uma *determinação* que é objetiva e real “baseado no diagnóstico científico de Marx sobre a sociedade capitalista.” Diagnóstico este que interpreta a realidade material como determinação dialética sobre a formação ideológica. Realidade material e imaterial não são dois planos separáveis, mas antes duas realidades de uma mesma unidade dinâmica que é a totalidade social do capitalismo imperialista na sociedade contemporânea. A estrutura material determina a produção ideológica em espaços delimitados na sociedade (indústria cultural ou ideológica) e no indivíduo (a pré-consciência). Ela existe unicamente para preservar e fortalecer as relações econômicas vigentes. Observa-se um itinerário circular em que a ideologia é produto e ao mesmo tempo defensor leal não-explicito da estrutura.

Ao assistir televisão ou um filme comercial, ou uma música popular, ou um anúncio publicitário estamos produzindo mais-valia ideológica, porque não estamos livres do trabalho visto que a recepção cognoscível desses restos verbais e visuais são processados e depositados na nossa consciência “cuja presença diária e universal poderia fazer pensar que se trata de um estímulo ‘normal’, não fosse porque sabemos que por trás do estímulo ‘normal’ quer representar-se como ‘normal’” (p. 176). Para ficar mais claro ainda: apropriação do excedente do trabalho psíquico quer dizer que o tempo livre do sujeito que assiste a um filme comercial não é livre, pois as horas de energia mental trabalhada é *alienada* da sua consciência, sendo retirado da sua posse, isto é, não possui utilidade alguma para si mesmo, mas para o outro – que é o capitalismo. Logo, na mais-valia material o indivíduo se depara com um *estranhamento* hostil do seu trabalho: o valor de uso é alienado e substituído por um valor de troca. O que na realidade material significa que o valor recebido pela venda da sua força de produção não corresponde à utilidade que representa. Então assim a expressão ideológica dessa relação se traduz na escravidão voluntária inconsciente, pois o sujeito vende sua força de trabalho espiritual por uma compensação irrelevante comparada com sua utilidade: uma espécie de “salário espiritual” que lhe concede uma segurança psicológica no consumo de mercadorias. O mais perverso da teoria da mais-valia, material ou imaterial, não é a simples apropriação do excedente produtivo, mas a transformação do trabalho (material ou imaterial) em mercadoria cujo dono é um ser alheio e estranho.

Feita essa breve introdução à complexidade do criativo pensamento de Ludovico Silva, podemos voltar o olhar para nosso objeto histórico e tentar definir o que é a mais-valia ideológica do subdesenvolvimento. Queremos

com isso procurar evidenciar de que modo a indústria cultural/ideológica expressou as ideias dominantes das relações econômicas vigentes tornando oculto o fator do subdesenvolvimento nacional em favor do ilusório desenvolvimento social e econômico via aceleração industrial, ampliação e integração do mercado consumidor interno e abertura comercial com as transnacionais. Fenômenos que de acordo com a análise teórica da estrutura social brasileira são culpáveis por acirrar o processo de exploração das riquezas nacionais e o consequente fluxo de saída prejudicial de capital para os países de economia central. Para tal, nos valeremos do anúncio publicitário de lançamento do carro Fiat Uno 1984 no Brasil como uma das produções simbólicas da indústria cultural já avançada nos fins da ditadura. Nela podemos identificar o fetiche da mercadoria e a ocultação da “oficina secreta de produção capitalista” produzindo a mais-valia ideológica dos milhões de espectadores diários alienando suas consciências de si mesmos com a cooptação inconsciente ao progresso do subdesenvolvimento da nação.

A propaganda de 1 minuto do automóvel da italiana Fiat destinada ao mercado latino-americano conta uma estória da vitória do Fiat Uno num duelo traçado contra um inimigo não personificado que a todo momento é impelido a destruir o carro utilizando-se de diversas ferramentas obsoletas e impotentes para frear a tecnologia automotiva (objetos perfurantes lançados no asfalto, pedras lançadas do alto, TNT e até uma grade com lanças corantes). Cada tentativa fracassada de destruí-lo é um momento da propaganda que demonstra os atributos invencíveis do carro. Do ponto de vista estético que visa contribuir para a significação do comercial, podemos dizer que o cenário do duelo entre as duas forças é situado na imaginação de um lugar pré-moderno, cercado por pedras, arquiteturas e máquinas movidas pela tração humana. O objetivo é denotar a superioridade da tecnologia industrial moderna representada pelo Fiat Uno que vence todos os obstáculos do inimigo. De modo geral, é possível resumir o comercial como uma micronarrativa épica encenada e cinematografada que representa o duelo entre o passado e o futuro da humanidade em termos de tecnologia. No entanto cuja mensagem deixa evidente nas entrelinhas que não se trata somente de tecnologia, e sim sobre o sujeito que em momento algum aparece no comercial: o homem que nada mais é que o motorista em potencial desse carro, isto é, o consumidor. Dizemos que é épico (evidentemente não no sentido da poética), pois o Fiat Uno representa o herói de uma nova época da história humana que de longe, como vemos no comercial, ultrapassa todas as barreiras tecnológicas que limitavam a sociedade no passado. Cada indivíduo-espectador que assista o comercial e adote o *lifestyle* moderno como *ethos* para a vida é um herói. A propaganda coage o espectador a identificar o passado como atraso tecnológico e futuro como desenvolvimento. O que nos demonstra um certo anacronismo, pois o passado das civilizações humanas não podem ser resumidas em termos de produção tecnológica científica-industrial, algo próprio do capitalismo atual. No fundo, como é bem evidente, o comercial não é sobre o carro, mas sobre a ideia do carro que esbarra no próprio psiquismo humano, isto é, a felicidade. É necessário comprar o Fiat Uno para sair do atraso, ingressar no futuro e ser feliz. O automóvel é anunciado como uma mercadoria cuja função vem menos para cumprir a carência da limitação da locomoção humana, do que para suprir a carência do incessável desejo humano.

O comercial termina com duas sentenças pronunciadas por um locutor: “É impossível vencer a tecnologia” e “Nada pode deter o futuro”. Ambas demonstram sua natureza ideológica. Podemos dizer sem medo de errar que a propaganda do Fiat Uno 1984 é uma das, entre inúmeras produções que vão além da publicidade, expressões da mais-valia ideológica do subdesenvolvimento. O excedente psíquico é alienado do sujeito quando este não dissocia a fabulação da mercadoria da fabricação da mercadoria, assume o primeiro como conteúdo de consciência e adere ao projeto econômico vigente do governo militar. Relembramos que a indústria automobilística no Brasil só obteve produção significativa a partir da formulação do Plano de Metas de JK sob administração paralela de um bloco modernizante-conservador. A chegada da indústria automobilística é ao mesmo tempo sintoma da desnacionalização da nossa produção industrial, do privilégio desfrutado pelas grandes indústrias estrangeiras e, como regra, da continuidade histórica do desenvolvimento do subdesenvolvimento. O que não quer dizer que precisamos regredir às charretes para sermos anticapitalistas, mas convém compreender a utilidade ilusória e perversa que a economia faz da tecnologia. O cidadão brasileiro enquanto acredita na falsa segurança que o anúncio traz, tem sua força de trabalho física explorada e o seu patrimônio público e nacional usurpado em troca por “salário espiritual” subvalorizado.

5 A pobreza da experiência nacional

Nesse capítulo introduziremos os conceitos do escritor e filósofo austríaco Walter Benjamin sobre *experiência*, *tradição* e *narrativa* também como recursos analíticos a fim de esclarecer as características dessa

subjetividade determinada pela indústria cultural. Antes de mais nada vale notar que Benjamin não teorizou a fundo o objeto da indústria cultural tal qual Theodor Adorno e Max Horkheimer em *A Dialética do Esclarecimento*, portanto não se atinou às suas peculiaridades próprias no capitalismo e na sociedade urbana e industrial. De fato, é em *A Obra de Arte na Era da sua Reprodutibilidade Técnica* onde encontramos um estudo mais aproximado daquilo que entendemos por indústria cultural. Assim, é necessário uma relativa prudência teórica ao comparar duas linhas de pensamento que embora não se distanciam muito naquilo que é fundamental (o materialismo histórico dialético do marxismo) são, no entanto, visões que possuem suas próprias singularidades sobre os fenômenos. O que propomos aqui é verificar a validade dos conceitos benjaminianos para os efeitos mensuráveis da indústria cultural sobre a subjetividade. Entendendo a subjetividade como uma formação social onde opera a transmissão da experiência entre os sujeitos nos limites da sociedade. Em outras palavras, para analisar a semelhança entre as observações e a continuidade pela indústria cultural de um processo de transformação psíquica (a pobreza da experiência) observada por Walter Benjamin já nas obras de Charles Baudelaire..

O conceito de experiência é definido por Walter Benjamin em diversas obras das quais valem destacar: *Experiência* de 1913, *Experiência e Pobreza* de 1933, *O Narrador* de 1936 e *Sobre Alguns Temas de Baudelaire* de 1940. Doravante é quando, no período maduro próximo a sua morte, Benjamin escreve com clareza teórica aquilo que constitui a experiência rica da tradição (*Erfahrung*) e a experiência pobre da modernidade (*Erlebnis*)⁵¹. A modernidade, na verdade, não se trata de uma experiência no sentido estrito que ele propõe, sendo antes considerado como a condição cada vez mais predominante da escassez ou desaparecimento da própria experiência: “uma nova forma de miséria surgiu com esse monstruoso desenvolvimento da técnica, sobrepondo-se ao homem”⁵². Fala-se também de uma “cultura de vidro” fazendo referência ao gosto arquitetônico predileto da modernidade onde não existem mistérios e vestígios, onde não há matéria viva para ser transmitida e continuada em que o desligamento com o passado e a efemeridade da vida tornam-se os fundamentos de um novo *ethos*. Em geral, experiência para Benjamin consiste na transmissão geracional de relatos e matéria vivida de um passado comum da cultura de um povo ou de vários povos. É a transmissão da *tradição* e responsável por mantê-la viva na memória coletiva sempre recontando as fábulas, estórias, parábolas ou provérbios e reconstituindo seu significado através da marca própria daquele quem conta. A tradição tal como experiência narrada é a ferramenta simbólica que forja a identidade dos indivíduos com a memória de um passado coletivo. Ela é própria uma forma da subjetividade que vêm se perdendo na modernidade transformando as pessoas pobres em experiência, carentes em tradição e singularizando a subjetividade. Citamos o caso relatado em *Experiência e Pobreza* sobre os veteranos da Primeira Grande Guerra:

“Na época, já se podia notar que os combatentes voltavam silenciosos do campo de batalha. Mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos. [...] Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmentidas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes” (Benjamin, 2012, p. 124).

Ou também o tema da *multidão urbana* nos poemas de Charles Baudelaire sobre a vivência (*Erlebnis*) do homem anônimo, sem identidade e portanto sem passado. O papel social que Benjamin dotou a figura histórica do *narrador* demonstra sua preocupação aguda com a deformação de um gênero literário, a poesia épica em romance, devido ao desenvolvimento técnico da produção cultural burguesa (a imprensa). E, com ela, com o surgimento da *informação* como nova forma de comunicação que até “provoca uma crise no próprio romance” (1987, p. 202). Todas essas transformações modernas servem para alimentar o argumento de Benjamin sobre o declínio da arte de narrar – o que requer uma habilidade e um dom que só mantêm-se vivos através da repetição habitual entre as gerações – e do próprio narrador sendo substituído pelo romancista e pelo jornal. A narrativa, mais do que um gênero, é uma forma própria de comunicação, segundo o filósofo marxista, marcada sobretudo por uma relação entre transmissor e receptor em que ambos participam do material narrado, isto é, a experiência recordada. Participam pois trata-se de um ato coletivo e não como o consumo de um livro que é sempre uma atividade individual e passiva-receptora. Esse processo é chamado de *remiscência* por Benjamin ao aludir a deusa grega da

51 Lima e Baptista, *Itinerário do conceito de experiência na obra de Walter Benjamin*, 2013.

52 Benjamin, *Experiência e Pobreza*, 1987.

memória, *Mnemosyne* como a musa da poesia épica. “A *reminiscência* funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração” (1987, p. 211). “A memória é a mais épica de todas as faculdades” pois ela não é um mero depósito de fatos isolados que se encontram fixos, dados e previamente explicados, é antes a conjunção de fatos difusos, acontecimentos distantes que se articulam por uma linha tênue tecida pelo narrador como um trabalho artesanal. A memória não é algo atomizado ou individual, não é a memória pessoal de alguém ou algum lugar, é antes a capacidade épica em formar uma rede, uma espécie de parentesco cultural das experiências comuns do passado, em cooperação com o outro, seja quem fala ou quem ouve. Fundamentalmente, como Walter Benjamin nos alerta, a especificidade da narrativa reside na comunicação de conhecimento prático (o conselho) e na vinculação com a tradição oral, ou seja, da linguagem verbal. A narrativa não é patrimônio do gênio individual do autor, mas um patrimônio cultural anônimo tal qual o folclore:

“Realmente, a experiência é um fato de tradição, tanto na vida privada quanto na vida coletiva. A experiência não consiste precisamente com acontecimentos fixados com exatidão na lembrança, e sim, em dados acumulados frequentemente de forma inconsciente, que afluem à memória”.⁵³

Benjamin vai muito além na descrição da estrutura da memória e sua função necessária para a experiência. Analisando a obra do escritor francês Marcel Proust em *Sobre Alguns Temas Sobre Baudelaire* incorpora o conceito de *mémoire involontaire* argumentando que a memória é psiquicamente dividida em duas faculdades opostas: a memória voluntária é a recordação consciente das “informações que nos proporciona sobre o passado, que não conservam nada dele”; e a memória involuntária consiste “naquilo que não tenha sido vivido expressa e conscientemente, em suma, aquilo que não tenha sido uma “experiência vivida”. A memória involuntária é a tradição, experiência não vivida conscientemente, mas presente no sujeito ou *Erfahrung* e a memória voluntária é a vivência (*Erlebnis*) do indivíduo cuja memória não conserva nada da experiência propriamente dita. O início da modernidade acompanha o processo de atrofiação da tradição na memória involuntária. Porquanto a teoria psicanalítica de Sigmund Freud também manifesta-se nos ensaios benjaminianos como a ferramenta chave para designar as estruturas da subjetividade e explicar como o progresso tecnológico e urbano aliena a tradição da memória e, portanto, da experiência individual e coletiva. O que se expressa na imaterialidade no nível subjetivo com o declínio da narrativa e da poesia épica, tem sua origem na materialidade da produção de informações da imprensa e a indústria editorial. A genialidade do poeta francês para Benjamin reside na sua incrível capacidade épica tal qual um narrador habilidoso em transformar a experiência fragmentada de um sujeito moderno deslocado em tradição, em transformar a modernidade em antiguidade e ser inovador por não “galvanizar” a cultura herdada na falsa esperança de obter nela uma autêntica experiência.⁵⁴⁵⁵

Focamos então no raciocínio traçado acima sobre o percurso teórico de Walter Benjamin e empregando-o como recurso metodológico do nosso objeto histórico das relações imateriais da subjetividade moderna no Brasil. Para tal, assim como fizemos com a mais-valia ideológica, utilizaremos outro exemplo típico de mercadoria cultural a fim de identificar a marca da *pobreza da experiência nacional*, isto é, a escassez da tradição que vincule o cidadão brasileiro com um passado comum e coletivo. Tal “vazio” ou opacidade como o vidro que não possui vestígios, na indústria cultural não é incorporada poeticamente como na poesia lírica de Charles Baudelaire, sendo, pelo contrário, a nosso ver, alimentada pela ideologia. Restos mnemônicos inconscientes que determinam os conteúdos de consciência com uma falsa representação da realidade e não uma experiência poética, por exemplo, que embora em si pode ser ilusório, tem seu valor estético não determinado pelo valor de troca e sim pela utilidade, o poeta busca a experiência autêntica a partir das condições impostas pela modernidade e não através da evocação de um passado estranho.

No Brasil, a formação da pobreza da experiência nacional se seguiu com os Objetivos Nacionais dos militares em forjar uma identificação territorialmente integrada e um nacionalismo que não seria revolucionário, nem anti-imperialista e desatento às relações materiais do subdesenvolvimento. Tal como demonstramos no capítulo 3, foi com o empresariado e seu monopólio sobre os meios de produção cultural que a integração da nacionalidade se deu via integração do mercado consumidor. Tanto de bens materiais quanto simbólicos, as quais seriam

53 *idem*, Sobre Alguns Temas em Baudelaire in *Modernidade e os Modernos*. 2000, p. 34.

54 Benjamin, 2000.

55 *idem*, 1987.

responsáveis pelo nacionalismo ingênuo, ufanista e inconsequente que a ditadura, o capital multinacional e a burguesia nacional subsidiária projetaram. Segue abaixo a canção *hit* MPB do compositor Jorge Ben Jorge lançada em 1969 pela gravadora Phillips (atual Universal Music):

(Refrão)

Moro num país tropical, abençoado por Deus
E bonito por natureza (mas que beleza)
Em fevereiro (em fevereiro)
Tem carnaval (tem carnaval)

Eu tenho um fusca e um violão
Sou Flamengo

Tenho uma nêga
Chamada Tereza

(Verso)

Sou um menino de mentalidade mediana
(Pois é) mas assim mesmo sou feliz da vida
Pois eu não devo nada a ninguém
(Pois é) pois eu sou feliz
Muito feliz comigo mesmo

(Refrão)

(Verso)

Eu posso não ser um band leader
(Pois é) mas assim mesmo lá em casa
Todos meus amigos, meus camaradinhos me respeitam
(Pois é) essa é a razão da simpatia
Do poder, do algo mais e da alegria

(Refrão)

(...)

São produções como estas que são mais idiossincráticas ao nosso propósito de descrever a pobreza da experiência nacional pela lógica que o Walter Benjamin nos proporciona. Em primeiro lugar gostaríamos de destacar a presença de um “eu” oculto no começo da letra, essa figura elíptica empregada pelo autor tem o objetivo de enunciar o sujeito sem explicitá-lo, mantendo-o implícito na mensagem, por sua vez possibilitando o ouvinte de ter a sensação de ser o próprio locutor ao ouvir e cantar e, conseqüentemente, ser o sujeito da mensagem. A letra é um relato pessoal e a linguagem é emotiva. Existe um “narrador” em primeira pessoa que descreve fatos, registra acontecimentos e comunica uma mensagem – simbólica, diga-se de passagem. É justamente nesse aspecto simbólico da canção que, em segundo lugar, gostaríamos de destacar da qual o “país tropical” representa. Nos distanciando da forma, isto é, do código da linguagem que exigiria um estudo a parte de semiologia. É a partir da conotação do “país tropical” na cultura e a representação do seu significado que ela assume o papel ideológico dos restos mnemônicos no inconsciente psíquico aonde a tradição e a experiência deveriam ocupar.

A emoção da canção é de orgulho nacional e felicidade individual, características próprias do projeto cultural do governo militar. Podemos considerar “eu tenho um fusca e um violão” como um enunciado que caracteriza de fato uma espécie de *brasilidade*? Ou expressões próprias de uma sociedade de consumo tal qual “Baby you can drive my car” dos Beatles? A memória involuntária dessa ideologia determina que todo brasileiro tem direito a trabalhar (não importa em quais condições) e ser feliz comprando mercadorias não pelo valor da utilidade, mas pela ideia falsa que ela carrega consigo. Entretanto, as relações materiais que produzem essa cultura fazem com que o “país tropical abençoado por Deus e bonito por natureza” e a vida de toda sua sociedade seja superexplorada pelo imperialismo e a elite nacional servente, desenvolvendo o subdesenvolvimento, conforme André Gunder Frank observou.

A exaltação da beleza natural do Brasil faz referência direta ao conhecido fato de possuímos um território “abençoado por Deus”, pois é extremamente rico de matéria-prima vegetal, mineral, biológica e bioquímica. Recursos considerados caros à indústria e cobiçado pelo capital transnacional. No entanto, o “intercâmbio desigual”, conforme definiu Darcy Ribeiro, é a relação de troca em que o Brasil vende matéria bruta (commodities) e compra mercadoria com valor agregado, sempre em posição desvantajosa no comércio internacional⁵⁶. Assim temos uma pobreza da experiência nacional, pois se as relações econômicas com os outros países é marcada por uma relação exploratória que aliena o valor das nossas riquezas e do trabalho, então na expressão imaterial da coisa se encontra uma expatriação. O sujeito é alienado da nacionalidade, muito embora ele possa se orgulhar dela.

A canção não narra nenhuma experiência que possa ligar o passado comum com o presente individual. Sua mensagem consiste em contentar-se com um relato individual de informações precisas e emotivas, fatos isolados, fixados que já se encontram explicados com exatidão e podem ser recordados ou escutados voluntariamente, porém sem conservar vínculo com alguma experiência duradoura que possa de fato originar a tradição. A canção não poderia ser, segundo as caracterizações de Benjamin, uma narrativa já que dela não se transmite nada que poderia afluir da memória involuntária através do acaso, isto é, por depender da situação em que o indivíduo esteja facilitado ou dificultado pelas condições externas. É pois, evidente que ao evocar todos as informações que configuram a nacionalidade brasileira o ouvinte que canta esteja fazendo uma recordação habitual, convencional e estritamente individual e que, sem exercitar o trabalho da *reminiscência*, estará fadado a concentrar tais elementos como resíduos mnemônicos no seu inconsciente que, ocasionalmente, afluem à consciência. Seu veículo de transmissão é por meio da reprodução fonográfica, logo não contribui para a oralidade nem tampouco origina-se dela, portanto o ouvinte individualmente consome a música e com ela devora a cultura. É nesse sentido que acreditamos plausível considerar a expressão da modernidade no Brasil como a substituição na memória involuntária da experiência pela ideologia, tornando cada cidadão brasileiro desligado da sua tradição, portanto de algo que poderia remetê-lo a uma experiência coletiva e passada com a vivência individual e presente.

6 Considerações Finais

Procuramos com o trabalho fazer um recorte específico da história do Brasil onde cremos que encontramos razões suficientes para deixar evidente que o capitalismo periférico no Brasil terá nos anos 50 com o governo de JK e em 1964 com o governo militar atingido um nível profundo de relações prejudiciais de troca com os países do capitalismo central. A nova DIT de 1945 e a ascensão irresistível do poder imperialista do Estados Unidos configurou um papel específico para as economias da América Latina, impôs o paradigma da sociedade de consumo, moderna, urbana e industrial a partir de um projeto de expansão e unificação do mercado brasileiro, que se concretizou mesmo no governo militar. Configurando o que Ruy Mauro Marini classificou como “capitalismo de Estado subimperialista”. A ideia de subimperialismo que encontramos também no Gunder Frank quer dizer que o Estado nacional e a burguesia exercem o papel de facilitar e privilegiar as relações de produções para a lucratividade do capital multinacional.

Por outro lado, quisemos demonstrar quais foram os efeitos psíquicos dessa “modernidade” que o capitalismo global havia legado ao Brasil. Para isso, retornamos aos escritos clássicos do Walter Benjamin sobre o declínio da arte de narrar junto com a poesia épica, o surgimento do romance e da informação como gênero da linguagem e forma de comunicação. A experiência da tradição, algo tanto semelhante ao seu conceito de *aura* sobre as obras artísticas, está em escassez devido ao progresso técnico e econômico do capitalismo industrial, tal como a Paris do século XIX de Charles Baudelaire. No lugar, a subjetividade está cada vez mais concentrada na dimensão psíquica da *vivência* em que predomina o *ego*, isto é, a consciência que é naturalmente incapaz de agarrar-se a uma experiência duradoura. Além disso, lançamos mão da hipótese de que no lugar da experiência da tradição o sujeito contemporâneo está também constantemente em contato com as ideologias, tendo em vista a onipresença da mercadoria cultural via comunicação de massa. O que por sua vez não passa de uma imaginação teórica da nossa parte com aquilo que Ludovico Silva cunhou de mais-valia ideológica, aperfeiçoando o lugar e a função da ideologia descrita por Marx em *A Ideologia Alemã*. Visto que tanto Benjamin quanto Ludovico apoiaram suas teorias na psicanálise freudiana, ambos dão conotação para “resíduos mnemônicos”: enquanto Benjamin fala da memória involuntária que origina a experiência da tradição, Ludovico enxergava o lugar psíquico da ideologia. Demonstramos

sua teoria sobre como as mercadorias culturais possuem o caráter inerente de servir de veículo de comunicação das ideologias produzidas pela indústria cultural do capitalismo e são responsáveis por alienar o excedente do trabalho psíquico do indivíduo no seu tempo ocioso para preservar as relações materiais de produção.

7 Referências Bibliográficas

BAPTISTA, L. A.; e LIMA, J. G. Itinerário do Conceito de Experiência na Obra de Walter Benjamin. **Princípios: Revista de filosofia**. Natal, v. 20, n. 33, p. 449-484, 2013.

BENJAMIN, W. **A Modernidade e os Modernos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

_____. **Obras Escolhidas, vol. 1 – Mágia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.

_____. **Selected Writings, vol.1**. Massachusetts, Harvard University Press, 2002.

DREIFUSS, R., A. 1964: **A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 1981.

FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. São Paulo, Edt. USP, 2001.

FRANK, A. G. **Latin America: Underdevelopment or Revolution: Essays on the Development of Underdevelopment and the Immediate Enemy**. New York, Monthly Review Press, 1969.

FREUD, S. **Obras Completas, vol. 15. Psicologia das Massas e Análise do Eu e outros textos (1920-1923)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Navegando na História: dossiê E ele voltou...o segundo governo Vargas: de 1951-1954**, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AeraVargas2/artigos>>. Acesso em 15 de nov. 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere, vol. 4: Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro, 557 p. 2006

LIMA, L. C. (org.) **Teoria da Cultura de Massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MARX, K. **Os Pensadores: Marx**. Manuscritos Econômico-Filosóficos. 1ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MATTELART, A.; e M. **O Carnaval das Imagens: a ficção na TV**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ORTIZ, R. **A Moderna Tradição Brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: a Formação e o Sentido do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **O Brasil como Problema**. São Paulo: Global, 1995.

A Idade da Terra. Direção e produção: Glauber Rocha. Companhias produtoras : Embrafilme, CPC (Centro de Produção e Comunicação), Glauber Rocha Comunicações Artísticas, Filmes 3; Distribuição: Embrafilme; Lançamento: 17 de novembro de 1980, Brasília. Ficção, longa-metragem, 35mm, colorido (Eastmancolor/Cinemascope). Rio de Janeiro, 1980. 4.350 metros (160 min).

SILVA, L. **A Mais-valia Ideológica**. 1ª ed. Florianópolis: Insular, 2013.

SINGER, P. **A Crise do “Milagre” : interpretação crítica da economia brasileira**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

VASCONCELLOS, G. F. **Gunder Frank: o enguiço das ciências sociais**. 1ª ed. Florianópolis: Insular, 2014.